

## A FILOSOFIA E OS DIREITOS DO HOMEM: FUNDAMENTAÇÃO HUMANISTA DE EXIGÊNCIA ÉTICA

*M. Patrão Neves\**

### RESUMO

A origem do movimento dos Direitos do Homem radica na filosofia política e na filosofia do direito que ganham expressão na modernidade, vindo a intensificar-se fortemente ao longo da contemporaneidade. Entretanto, nas últimas décadas, este movimento tem enfrentado numerosas dificuldades no que se refere à elucidação da noção de "direitos", à discrepância entre a sua formulação e a sua prática ou à sua implementação no mundo transcultural de hoje. Estes problemas apelam a uma intervenção da filosofia pela exigência de uma nova fundamentação dos Direitos do Homem, a qual propomos dever desenvolver-se num alargamento da sua base humanista e na acentuação do seu sentido moral.

O tema que me cabe aqui desenvolver é aparentemente simples na sua enunciação principal: Filosofia e Direitos do Homem. Com efeito, a linguagem dos direitos humanos entrou já há muito no nosso quotidiano e para os que trabalham na área da filosofia, e não só, não constitui novidade a afirmação de que o movimento dos direitos do homem se enraiza na efervescência das novas ideias político-sociais que animaram o fim da Modernidade e que, sob o ponto de vista especificamente filosófico, se estruturaram numa crescente aposta no poder da razão do homem como fundamento da sua capacidade de autodeterminação.

As dificuldades surgem quando consideramos a evolução por que este movimento dos direitos humanos tem passado e, sob esta perspectiva, reflectimos sobre a natureza dos próprios "direitos"; ou quando analisamos a discrepância existente entre a sua formulação e a sua prática, o que tem sido alvo de críticas generalizadas; ou ainda

---

\* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

quando nos deparamos com os problemas que a sua implementação tem encontrado no mundo transcultural que é o nosso.

Estas e outras questões que o movimento dos direitos humanos hoje comporta, e que aqui nos propomos abordar, apelam a uma nova fundamentação filosófica que propomos dever desenvolver-se num alargamento da sua base humanista e na acentuação do seu sentido moral.

É colocando-nos neste plano da reflexão que cumpriremos também os objectivos desta Jornada de Estudos Filosóficos: o de mostrar a importância da Filosofia no mundo actual.

## **I. Perspectiva histórico-filosófica dos direitos do homem**

### *Génese do movimento dos "direitos do homem": pressupostos filosóficos.*

A ideia da existência de direitos do homem, ou seja, de atitudes ou de procedimentos que são devidos ou que assistem ao homem pelo simples facto de ser homem, é bastante remota. Encontramos já na Antiguidade grega, na *Antígona* de Sófocles ou em Aristóteles, testemunhos da existência de uma lei fundamental, que pertence ao homem em virtude da sua própria natureza humana, e em que ele se apoia para resistir a outras determinações derivadas do governo dos homens. A existência desta lei fundamental veio sendo afirmada até à contemporaneidade por diferentes filósofos, tais como S. Tomás de Aquino, Espinoza, Grotius, Locke, Kant, e então sempre assumida como inalienável e universal. Trata-se de um direito natural, de dimensão eminentemente moral, uma vez que assenta na afirmação de que todo o homem é um ser humano, revestido, por isso, de uma dignidade intrínseca. É o princípio de igualdade entre todos os homens que lhe subjaz, que foi actuando como fonte e norma dos direitos políticos.

A partir do século XVII, surgiram as primeiras iniciativas para a sua formulação positiva, ou seja num plano jurídico, como conjunto de princípios destinados a salvaguardar as liberdades individuais contra os abusos do poder político: a "Declaração Inglesa de Direitos" (*Bill of Rights*) é de 1689. Entretanto, a sua mensagem só veio a ganhar uma ampla expressão e a exercer um forte impacto aquando da proclamação da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", a

6 de Agosto de 1789, em França<sup>1</sup>. Estabelecem-se, então, um conjunto de poderes próprios do homem, um articulado de direitos individuais (subjectivos), destinados a preservar a soberania do indivíduo no âmbito das obrigações sociais que lhe são impostas. Nas circunstâncias históricas concretas diríamos que se destinam a preservar a condição humana de todos os homens face aos abusos de uma monarquia absolutista.

A génese remota do movimento dos direitos do homem encontram-na na filosofia política e na filosofia do direito da modernidade (séculos XVI e XVII) então dominadas pelo projecto de fundar racionalmente, sobre a base de um contrato social, a instituição de um Estado de Direito. Os pressupostos filosóficos mais próximos situam-se claramente no desenvolvimento do racionalismo iluminista. Dificil de sistematizar em todas as suas vertentes, contribui em geral para aquele movimento pela exaltação da capacidade da razão humana e do poder da sua vontade, a par de uma reflexão atenta acerca das condições necessárias para a realização do homem enquanto tal, para o alcançar da sua felicidade.

A autonomia de uma razão instruída é concebida como instrumento de libertação do homem, tanto do obscurantismo da ignorância, como da autoridade tradicional. O homem é considerado como naturalmente bom, degradando-se apenas na sua natureza quando submetido às pressões da sociedade. Deste modo se articulam originalmente as exigências sócio-políticas que o movimento dos direitos do homem comporta e o sentimento humanista que protagoniza.

Já não se trata, pois, mais de uma fundamentação dos direitos do homem predominantemente na Natureza (direito natural) ou em Deus (religião), tal como se fora assistindo ao longo da história da filosofia ocidental: na natureza, na medida em que se reconhece que todos os homens pertencem a uma única família o que, por sua vez, determina

---

<sup>1</sup>As primeiras declarações dos "direitos dos homens" datam dos séculos XVII e XVIII: "Declaração Inglesa de Direitos" (*Bill of Rights*), de 1689; "Declaração de Direitos da Virgínia", de 1776; "Declaração dos Direitos e Garantias da Constituição Federal Norte-Americana", aprovada a 17 de Setembro de 1787, mas proclamada apenas a 15 de Dezembro de 1791; "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", de 26 de Agosto de 1789; "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" da Constituição Francesa, de 24 de Junho de 1793; "Declaração dos Direitos e dos Deveres do Homem e do Cidadão" da Constituição Francesa, de 22 de Agosto de 1795.

uma essência de humanidade a respeitar em cada indivíduo; em Deus, na medida em que ele é reconhecido pai comum de todos os homens, a quem impõe a sua lei imprescritível. Sem abandonar ainda a concepção dos direitos como direitos naturais e não suprimindo também para a sua enunciação os "auspícios do Ser Supremo", os direitos fundamentam-se agora sobretudo na razão humana, como denominador comum de toda a humanidade e, por isso, fonte do direito universal aplicável à humanidade como tal. A origem dos direitos do homem, sem permanecer necessariamente sagrada, mantém ainda um fundamento transcendente.

As circunstâncias históricas, em geral, e, muito em particular, os pressupostos filosóficos que estiveram na origem do movimento dos direitos humanos (e que aqui apenas indicámos), conservam todo o seu interesse pela ampla significação que ganham através do seu enraizamento histórico-cultural. Além disso, a linguagem conceptual que serviu as primeiras Declarações prevalece ainda hoje. Simultaneamente, importa destacar que a concepção dos "direitos" como naturais, individuais, inalienáveis e universais — tal como temos vindo a apresentar —, prevalece imutável até 1948, data em que se abre uma nova época na história dos direitos humanos.

*A "Declaração dos Direitos do Homem", de 1948, e as Convenções de 1966:*

*A natureza dos direitos.*

Após o período em que foram proclamadas as primeiras declarações dos direitos do homem e que culminou com a declaração francesa, o momento mais relevante deste movimento foi o da "Declaração dos Direitos do Homem", pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948.

As circunstâncias históricas são agora outras, como outras são também a fundamentação filosófica dos direitos, a concepção da sua natureza, o estatuto que lhe é atribuído e o papel que são chamados a desempenhar no mundo actual.

É do conhecimento geral que os anos que antecedem a declaração de 1948 são marcados por um cenário de guerra mundial no decurso da qual se cometeram ilimitados abusos contra as liberdades dos indivíduos e dos povos, e se praticaram atrocidades inqualificáveis contra a vida dos homens e a sua condição humana. A consciência profunda e sentida, alargada e partilhada da necessidade de impedir a

repetição de situações análogas, a bem do homem e da humanidade, motivou a Assembleia Geral das Nações Unidas a promover o debate que veio a consubstancializar-se na Declaração de 1948. Os direitos do homem são claramente assumidos como factor indispensável de paz e de progresso da humanidade.

Estabeleceu-se então um fórum maximamente alargado para uma reflexão sobre os direitos do homem em que participaram representantes de quase todas as nações do mundo. Depressa, porém, se verificou a impossibilidade de aceitação de um princípio universal como fundamento inequívoco daqueles direitos. A Declaração de 1948 reflecte o consenso alcançado entre todas as nações representadas, na ausência de um qualquer fundamento universal.

Consequentemente, os direitos do homem não são mais reconhecidos como naturais ou sagrados, inalienáveis ou universais, mas tão simplesmente consensuais. Ultrapassa-se agora, definitivamente, o âmbito específico dos direitos morais, protagonizados pelos direitos naturais, para se avançar para o plano dos direitos legais, estabelecidos pelo consentimento dos indivíduos de direitos. Simultaneamente, avança-se da formulação dos direitos legais dos indivíduos de uma nação, para a sua declaração para todos os cidadãos do mundo. Os direitos do homem perdem agora toda a fundamentação transcendente para assentarem numa convenção jurídica. Tornaram-se, também eles, a lei dos homens. Entretanto, a universalidade que se lhes pretendia atribuir por via da sua fundamentação é agora alcançada por via da sua aceitação generalizada.

Uma das consequências mais importantes do novo contexto em que os direitos do homem ganham expressão é, pois, o da sua inscrição directa no direito internacional. Este seu novo estatuto legal, mais alargado, não só reforça significativamente a promoção dos direitos do homem, mas prenuncia também fazer-se acompanhar de um mais estrito respeito pelo seu cumprimento.

Em suma, a alteração da fundamentação dos direitos do homem implicou uma alteração na concepção da sua natureza que a sua nova formulação legal veio a fixar. O sentido desta evolução acentuou-se no curso do desenvolvimento deste movimento, em particular em 1966, data das Convenções ou Pactos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>"Declaração sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres" (6 de Novembro de 1966); "Pacto Internacional dos Direitos económicos, sociais e culturais"

A evolução que, no seu carácter geral, nos parece mais significativa é a que conduz da enunciação das obrigações negativas do estado, em 1948, à afirmação de obrigações positivas, em 1966. Isto é, os direitos humanos deixam de impor ao estado apenas uma não interferência no âmbito das liberdades individuais, e passam a exigir o seu empenhamento numa acção social directa que promova os valores estipulados pela Declaração de 1948. Neste sentido, evolui-se também de uma concepção de direitos puramente individuais para a de direitos sociais (sem que haja aqui qualquer oposição, mas tão somente um alargamento), como o é especificamente o direito ao trabalho ou a protecção contra o desemprego. Além disso, acrescentam-se também direitos culturais, como sejam o da igualdade de oportunidades de educação e de informação. O sujeito dos direitos do homem é agora cada vez mais o povo na sua expressão cultural.

Em suma, podemos traçar a evolução dos direitos do homem ao longo da sua história progredindo numa única direcção de dois sentidos opostos. Um é o de alargamento crescente do domínio de acção dos direitos do homem: alargamento na consideração do sujeito de direitos — do indivíduo para a comunidade, para o povo — e na concepção dos direitos — de subjectivos para sócio-culturais. O outro sentido, oposto, é o de contínua constrição da base de fundamentação dos direitos do homem: constrição que ocorre na passagem de uma fundamentação transcendente universal para uma fundamentação consensual; constrição que ocorre na passagem da afirmação da sua dimensão moral para a reivindicação de uma dimensão legal, de um estatuto jurídico.

O ideal que anima o movimento dos direitos humanos, desde a sua génese, prevalece como o de estabelecer um novo relacionamento entre os homens, o de construir uma nova humanidade.

### **A problemática actual dos direitos humanos e a sua renovada exigência de fundamentação**

O movimento dos direitos do homem, quer na sua expressão menos elaborada, quer na sua formulação positiva, mantém-se ao longo da sua história como projecto sócio-político e moral. É a ênfase atribuída a cada uma das perspectivas que se tem vindo a alterar. A

---

(16 de Dezembro de 1966); "Pacto Internacional dos Direitos civis e políticos" (16 de Dezembro de 1966).

enunciação dos direitos reflecte, sob o ponto de vista sócio-político, uma visão cosmopolita que faz do mundo uma nação de homens; sob o ponto de vista ético-moral reflecte uma ideia de homem e estabelece as condições da sua realização.

*Os direitos do homem: questões actuais*

Não obstante, o movimento dos direitos do homem manter a sua originária intencionalidade humanista, que pretensamente englobará todos os homens, e beneficiando ainda de um estatuto legal, que pretensamente obrigará todos os homens, são muitas as dificuldades que a sua promoção e defesa hoje enfrentam, dificuldades tanto de ordem teórica como prática. Situemo-nos, primeiramente, no domínio da prática, por ser aquele em que as questões têm surgido com maior acuidade.

Verifica-se hoje que a tão desejada assumpção dos direitos humanos no âmbito da lei internacional não correspondeu às expectativas então traçadas. As disposições enunciadas para os fazer cumprir não são de ordem a impor o seu respeito e a castigar as suas violações, uma vez que não possuem qualquer peso coercitivo. Constituindo-se a partir de um consenso livremente obtido, a Declaração dos Direitos do Homem mantém-se dependente da livre adesão dos diferentes governos. E, mesmo nos casos de adesão formal, não há qualquer garantia do seu real respeito. Ou seja, os direitos do homem resultam, na prática, em direitos sem força.

Neste sentido, prestam-se a ser tomados apenas na sua enunciação teórica, sem um intento de aplicabilidade efectiva, e correndo o risco de se tornarem numa mera ideologia, afastados que são do seu sentido humanista originário. Desta sorte, vêm também a ser utilizados por diferentes governos de acordo com as suas conveniências de ocasião, podendo mesmo virem a transformar-se num instrumento de opressão.

A implementação do cumprimento dos direitos do homem pela força não parece ser uma solução aceitável, uma vez que tal implicaria ingerências exteriores à soberania dos Estados — procedimento injustificável no pensamento político actual e que as Nações Unidas explicitamente condenam. Outras formas de pressão, especialmente com implicações económicas, têm sido implementadas internacionalmente, mas com resultados não obviamente positivos.

No actual contexto histórico-político não se desenha qualquer via superadora desta situação, se não, talvez aquela em que a ONU tem



vindo progressivamente a apostar: a da educação. Via demorada, mas prometedora, a educação (cívica), orientada para o respeito pelos indivíduos e para a promoção do bem estar comum, conseguirá certamente operar a metamorfose da palavra para a acção, da enunciação teórica para a vivência efectiva.

Em todo o caso, somos conduzidos a reconhecer que, até ao presente, a inscrição dos direitos do homem no direito internacional não trouxe a universalização do seu cumprimento e que o seu actual estatuto jurídico é insuficiente para coagir à obediência. Desde já se anuncia a necessidade de nos deslocarmos para uma outra perspectiva na consideração dos direitos do homem, a qual favoreça o estabelecimento das condições exigíveis para a concretização da metamorfose desejada.

No plano teórico o movimento dos direitos do homem não se depara com menores dificuldades. Tem sido evidente que as diversas Declarações manifestam traços que as identificam quanto à sua origem comum, quer no que se refere às circunstâncias históricas em que surgiram e ao contexto doutrinal em que se modelaram (em geral), quer ainda, e sobretudo, aos desígnios que se propõem. Referimo-nos, claramente, a uma tradição histórico-cultural da Europa ocidental e ao ideal de renovação do homem e da sociedade, segundo um modelo humanista, de tradição cristã, fundado na faculdade da razão e na capacidade de liberdade que assistem ao homem e em que afirmativamente radica o seu valor.

Vincadamente enraizados num tempo e num espaço que lhe são próprios, os direitos do homem foram universalizados pelo direito internacional, como se de princípios formais se tratassem. Por isso, têm sido também denunciados como abstractos, na medida em que se pretende fazer aplicar os seus princípios a todos os povos, independentemente da sua história, cultura, religião, costumes, etc.; como abertos a interpretações, na medida em que vêm a ser recontextualizados, ganhando novas significações, nas diferentes sociedades em que são acolhidos; como imposições, na medida em que, desincarnados de um determinado povo, serão ainda implementados sob pressão da aceitabilidade desse povo na comunidade internacional. Desta sorte é a própria essência dos direitos humanos que é adulterada.

No mundo transcultural que é o nosso, em que a diversidade perpassa o físico como o espiritual, os idiomas como os sentimentos, as tradições como o quotidiano, neste mundo em que aprendemos a respeitar e a apreciar essa diversidade como constitutiva do valor da



humanidade, torna-se paradoxal impor uma normativa uniformizadora dos modos de ser do homem. Daí que os direitos do homem sejam por vezes ressentidos como uma moral ocidental exportada e dominadora, e, desta sorte, como uma nova e mais subtil forma de colonialismo.

Dadas as actuais dificuldades que a enunciação e a prática dos direitos do homem coloca, perguntamo-nos agora se não deveremos, de algum modo, inverter a sua presente orientação ou apenas equilibrar os dois sentidos opostos a que há pouco nos referíamos, isto é: abrandar o alargamento, ou expansão do domínio dos direitos do homem e aliviar a constrição ou o estreitamento da sua base de reflexão. Em todo o caso, parece tornar-se cada vez mais urgente uma nova fundamentação dos direitos do homem.

### *Fundamentação filosófica dos direitos humanos*

Procurámos, até ao momento, evidenciar a diversidade e a complexidade da problemática dos direitos humanos, sob as perspectivas histórica, filosófica e jurídica. Esta análise apontou para a necessidade de repensar o desígnio humanista deste movimento, de modo a que a sua promoção e defesa se faça sem a uniformização da norma, mas com a eficácia da lei. Tarefa difícil, se não mesmo impossível, que consideramos ser inicialmente da competência da filosofia.

Numa reflexão ampla e sistemática sobre os direitos do homem, a filosofia deverá incidir sobre os problemas que este movimento actualmente coloca e as críticas que se lhe apontam, para fazer realçar os equívocos e enveredar depois por nova fundamentação filosófica dos direitos do homem. Ora, esta é, sem dúvida, uma tarefa específica da filosofia, em virtude do seu método analítico e crítico e do sentido universal da sua progressão. Além disso, a filosofia tem responsabilidades a cumprir no imperativo que agora se coloca, uma vez que esteve na base do surgimento dos direitos humanos e modelou a sua evolução.

Urge, pois, procurar descobrir ou enunciar uma nova fundamentação filosófica que, aqui, com a brevidade que se nos impõe, sistematizaremos através da indicação de duas diferentes vias.

Uma primeira será a de se prosseguir no sentido de um relativismo ético, que domina já o pensamento prático contemporâneo. Neste plano, prescinde-se de uma fundamentação universal do agir — Natureza, Deus, Razão —, em virtude da impossibilidade de obtenção de consenso em torno de qualquer uma das ideias universais. Propõe-se,

então, uma fundamentação dita relativista, protagonizada, regra geral, pelo homem ou pelo grupo social. Teremos, desta sorte, uma fundamentação imanente de ordem claramente cultural, histórico-cultural, ou, em termos gerais, circunstanciada, que atende e preserva as características particulares de cada comunidade, as idiossincrasias de cada povo.

As vantagens enunciam-se claramente como tratando-se de uma ética, não abstracta mas antes encarnada na comunidade a que se destina: ética concreta que atende à dimensão pessoal como aos factores históricos e culturais da sociedade a que o indivíduo pertence. Por outro lado, o relativismo ético conduz-nos naturalmente a uma ética situacionista ou a uma ética consensual: ética da situação, na medida em que as circunstâncias que caracterizam a situação em que a acção se realiza condicionam o modo de agir; ética do consenso, na medida em que o sentido da acção é determinado por acordo mútuo entre vários. Em ambos os casos, o agir humano mantém-se subjectivo e próximo de perspectivas utilitaristas ou consequencialistas que dificilmente protagonizarão a ideia de justiça universal que os direitos do homem representam.

Uma segunda via para uma nova fundamentação filosófica será a de manter, ou talvez melhor, de recuperar a dimensão universal que assistiu à génese e a grande parte do percurso de evolução dos direitos do homem, e única que garante a objectividade da acção. Aliás, diríamos que o actual sucesso dos direitos do homem testemunha a necessidade de um absoluto moral que, como tal, protagonize a essência da ideia de justiça universal na medida em que obriga à consideração idêntica de todos os homens. Mas, porque este absoluto moral não pode mais ser protagonizado pelas tradicionais ideias universais, em virtude do plano secular e circunstanciado em que a existência dos homens decorre, só o próprio homem, na sua dimensão universal, poderá assumir esse protagonismo. Não nos referimos ao homem na sua singularidade concreta, a quem os direitos subjectivos se dirigem; tão pouco nos referimos a uma noção geral de homem, comum à perspectiva relativista.

A dimensão universal do homem define-se pelo que de comum existe em todos os homens, a qualidade específica que faz de todos pessoas, seres morais, bem como as condições da sua realização como tal. Neste sentido, trata-se verdadeiramente de um universal concreto.

As vantagens estarão em, garantindo-se a objectividade da acção, não se resvalar para noções abstractas ou formais. As críticas recaem

sobre a ausência de ponderação de aspectos particulares que intervêm efectivamente na acção dos homens.

O desenvolvimento de qualquer destes modelos traria certamente contributos significativos tanto no plano teórico como prático, sem que todavia viesse, por si só, a superar as dificuldades actualmente apontadas. Poder-se-ia ainda ensaiar uma terceira via intermédia, a qual, aliás, também não seria totalmente inovadora. Qualquer um destes modelos começou já a ser explorado de uma forma sistemática crescente.

Esta terceira via deveria harmonizar a exigência de objectividade da acção com a necessidade de preservar a identidade cultural de cada comunidade. Neste sentido diríamos, recorrendo à terminologia anteriormente empregue, que se deveria alargar a base de fundamentação filosófica dos direitos humanos e restringir o carácter positivo, quer do indivíduo (sujeito dos direitos), quer da formulação legal. Ou, dito de outra forma, que se deveria ampliar a base humanista dos direitos humanos, através do desenvolvimento de uma noção de homem que, sem perder o concreto, alcançasse o universal; e que se deveria desenvolver a consciência moral de todos os homens como prevalecendo acima de imposições legais.

Supomos que se poderia partir do truísmo de que o indivíduo só se realiza em sociedade. Importaria então delinear um plano de equilíbrio entre a necessidade de respeitar as liberdades individuais para a afirmação do ser humano e a importância do estabelecimento de condições comunitárias para sua realização como pessoa. Tal implicaria um descentramento do, até agora, tradicional primado do indivíduo no âmbito dos direitos do homem e um reforço da dimensão comunitária do humano. Consequentemente, dever-se-ia assistir a uma ênfase crescente nas noções de deveres, responsabilidade e solidariedade, em detrimento das que actualmente se mantêm em destaque, respectivamente, direitos, liberdade e obrigações.

Sob o ponto de vista teórico, tal resultaria na reafirmação de um princípio universal constituído agora pelo homem comunitário, ser moral por excelência, que ganha expressão na convergência da sua afirmação pessoal e da sua realização comunitária. Teríamos, então, uma base de sustentação humanista mais ampla (não subjectiva, mas objectiva). O mesmo espírito de estreitamento da solidariedade entre os indivíduos da mesma comunidade se deveria reflectir a nível do relacionamento entre as nações.

Na prática, as diferenças não se fariam sentir a curto prazo. Tra-

tar-se-ia, principalmente, de uma revolução de mentalidades, a desenvolver através de um projecto educativo que só a sucessão de gerações poderá vir a cumprir. A longo prazo, viria a possibilitar o cumprimento de um idêntico sentido da acção, dirigido para o próprio homem, enquanto ser moral e, por isso, como ser comunitário, cuja iniciativa seria de cada homem, de cada sociedade e não exteriormente apontado ou designado. O cumprimento dos hoje designados "direitos do homem" dar-se-ia então no processo de personalização do homem, como exigência de ordem moral, própria da pessoa e comum a todas as pessoas.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDREWS, J.A.; HINES, W.D., *International Protection of Human Rights*. London, Mansell Publishing Limited, 1987, 169 pp.  
LATTÈS, J.C., *Le Droit d'être un Homme. Anthologie mondiale de la Liberté*. Paris, UNESCO, 1968, 589 pp.  
LEVIN, Leah, *Droits de L'Homme. Questions et Réponses*. Paris, P.U.F., UNESCO, 1981, 92 pp.  
RICOEUR et al., *Los Fundamentos Filosóficos de los Derechos Humanos*. Serbal, UNESCO, 1985, 376 pp.  
WUNENBURGUER, Jean-Jacques, *Questions d'éthique*. Paris, PUF, 1993, 393 pp.

## LA PHILOSOPHIE ET LES DROITS DE L'HOMME: FONDEMENT HUMANISTE DE L'EXIGENCE ÉTHIQUE

### RÉSUMÉ

Le mouvement des Droits de l'Homme prend racine dans la philosophie politique et dans la philosophie du droit, qui apparaissent avec la modernité, et acquièrent une importance capitale à l'époque contemporaine. Néanmoins, ces dernières décennies, un tel mouvement a rencontré de nombreuses difficultés en ce qui concerne l'élucidation de la notion de "droits", l'écart entre leur formulation et leur mise en pratique, ou encore relativement à son établissement dans le monde transculturel d'aujourd'hui. Ces problèmes rendent nécessaires une intervention de la philosophie, en ce qu'ils exigent un nouveau fondement du concept de Droits de l'Homme, dont nous pensons qu'il devra se réaliser par un élargissement de sa base humaniste et par l'accentuation de son sens moral.